Jairo Pereira Guaracy
Orivaldo Fernandes Filho
Luiz Pires
Lhovis Ribeiro
Pedro Batista Bezerra
Egmundo Barreto
Olsen Valentino
Raimundo Teixeira Guimarães
José Cristóvão Alvarenga
Antonio Ribeiro Filho,

Ata da 9ª sessão da 1ª reunião da Câmara Municipal de Barras, no período legislativo de 1953, no dia quatro de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três, na sala das sessões da Câmara Municipal reuniram-se os senhores vereadores. Presentes dez vereadores, estando ausentes os senhores: Amadeu Tavares Alves, dr João Pizzolante e Vasco José de Carvalho. Foram lidas as atas da sétima e oitava sessões, sendo a 1ª aprovada sem emenda e a 2ª com emenda. Expediente: um ofício da SRL comunicando sua nova diretoria. Convite para a festa de inauguração do Pavilhão "D. Yolanda Penteado na tarazzo" do "Hospital Nag Monteiro". Foram nomeados os srs Lhovis Ribeiro e José Cristóvão de Alvarenga para representarem a Câmara na referida festa. Uma carta da Presidente do Posto de Puericultura pedindo a verba que a Prefeitura prometera por ocasião da inauguração do Posto. O sr Presidente falou sobre o assunto dizendo não haver uma lei que autorize a entrada dessa verba no orçamento. A Casa aprovou a remessa à Comissão de Justiça para a confecção do auto projeto. Passou-se à 3ª parte: o vereador sr Cristó-

to de lei que autoriza a aquisição de fertilizante pa
a as culturas de milho e arroz, leu ainda um comen
ário sôbre o valor do fertilizante. Foi o projeto enviado
Comissão de Justiça para o parecer de competência.
sr Agenor Alves Guimarães consulta à Casa se o
gislativo pode criar uma lei que ajude a contro
ar e fiscalizar a construcão de casas Populares.
iscorreu sôbre o assunto frisando a necessidade
essa lei na cidade. A Mesa sugeriu ao vereador
ue apresente o projeto de lei sôbre o assunto. Passou
se à ordem do dia: Em segunda discussão com
edação final o projeto de lei que muda o nome
e rua para. Aprovado. Primeira discussão do pa
ecer da maioria da Comissão de Justiça quanto
o Relatório do sr Prefeito, sendo o mesmo, também pos
o à discussão. Aprovado o parecer e o Relatório
e Prestação de contas com o voto do dr Gil Vilela,
em restrições. À segunda discussão amanhã, dia
inco de fevereiro. Foi aprovado em segunda discussão
projeto de lei que autoriza ao executivo a doação do
erreno e prédio do bar e cinema municipal, com o
ubstitutivo. O dr Gil Vilela consulta à Casa se é o
ubstitutivo que está em discussão o que é afirma
o. Para amanhã a 3ª discussão. Não havendo
ada mais a tratar o sr Presidente suspendeu
e presente pessoa convocando os senhores vereado
es para a próxima amanhã às 20 horas. Lo
rou-se a presente ata. Sala das Sessões 4 de
evereiro de 1953. O secretário substituto Jonas
Jairo Ribeiro Guimarães
Egmar Nazareno Canafístula
Pedro Batista de Azevedo

Olson Fabrino
Pâmedo Teixeira Guimarães
José Crisóstomo Queiroz
Antonio Ribeiro Filho

Ata da 10ª sessão da primeira reunião da Câmara Municipal de Lavras, no período legislativo de mil novecentos e cincoenta e três. Às 20 horas do dia cinco de fevereiro de mil novecentos e cincoenta e três, na sala das sessões da Câmara municipal, reuniram-se os senhores vereadores. Presentes sete estando ausentes os senhores: Amadeu Severino Alves, Clovis Ribeiro, dr Ejil Vilela, dr João Pizzolante, Olson Fabrino e Vasco José de Carvalho. A ata da sessão anterior foi lida, aprovada e assinada pelos senhores vereadores presentes. Expediente do dia: um ofício do sr Prefeito municipal acusando o recebimento do ofício n. 15, da presidência da Câmara e dando os esclarecimentos solicitados. Franqueada a palavra fez uso da mesma o vereador sr Antônio Ribeiro Filho e requer que se insista com o sr Prefeito municipal, mais esta vez a fim de que seja aberta a rua proposta do Interventor. Foi apresentado pelo vereador sr Agenor Alves Guimarães o parecer da Comissão de Justiça quanto a venda das ações da C.L.F.: "pela rejeição do projeto, por julgarmos dispensável no momento a venda das referidas ações, mesmo porque nem há um orçamento ou projeto de quanto custará a obra." Entrará em 1ª discussão o parecer e o projeto acima referidos. Nota-se a falta dos pareceres da Comissão de Justiça quanto a reestruturação de